

PREÇOS DISPARAM E SALÁRIOS DESPENCAM



ÓLEO DE SOJA

↑ 32,1%

CARNE

↑ 31,3%

ARROZ

↑ 11,4%



BOTIJÃO DE GÁS*

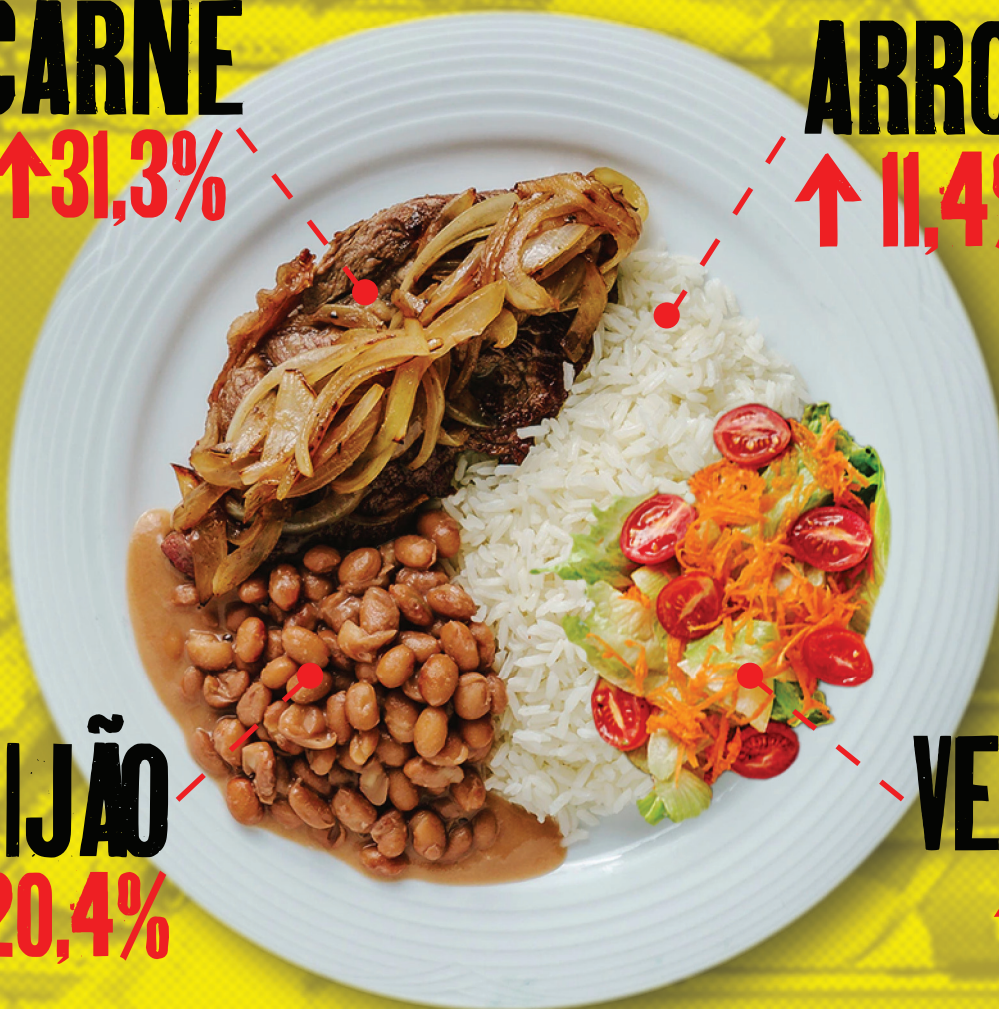
↑ 44,1%

FEIJÃO

↑ 20,4%

VERDURAS

↑ 18,1%



TAMBÉM NÃO PARAM DE SUBIR...

COMBUSTÍVEL*

↑ 52,2%*

ENERGIA ELÉTRICA

↑ 28,8%*

TRANSPORTES

↑ 17,9%*

Dados da Cesta de bens medidos pelo IPCA - IBGE dos últimos 12 meses | *Combustíveis e gás de cozinha já incluem aumento (7,2%) definido nesta semana (07/10) pela Petrobras.

DIÁLOGO E AÇÃO PETISTA

Lançado caderno para ciclo debates sobre Constituinte

pág.5

LUTA DE CLASSE

Dia 2, e depois?

pág.6

LUTA DE CLASSE

Segue a luta contra a Pec 32

pág.7

INTERNACIONAL

Alemanha: desestabilização política

pág.11

Duro golpe na Ciência e Tecnologia

Tesourada do governo inviabiliza pagamento de bolsas do CNPq

O governo Bolsonaro deu mais um golpe contra a educação e a ciência.

No último dia 7, o Ministério da Economia de Paulo Guedes enviou ofício à comissão mista de orçamento do Congresso Nacional propondo reduzir em 87% o crédito suplementar destinado ao Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT) no projeto de lei (PLN 16/2021), ou seja, reduzir de 690 milhões para 89 milhões. A tesourada acatada pela comissão, “ocorreu para cumprir decisão governamental” segundo o ministério.

O orçamento já sufocado da Ciência e Tecnologia, cai para níveis ainda piores, impedindo o pagamento de bolsas de pesquisa e a execução de projetos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Além de afetar o financiamento de pesquisas, os cortes ameaçam a própria existência do CNPq.

O governo obscurantista de Bolsonaro, que persegue a educação e

a ciência desde o início, ataca agora milhares de estudantes e pesquisadores que dependem do pagamento de bolsas para viver e desenvolver suas pesquisas e projetos de iniciação tecnológica. Como se não bastasse o papel de trouxa do astronauta Marcos Pontes, que aceitou fazer parte de um governo que detesta a ciência, os cortes foram anunciados um dia depois que o ministro bolsonarista apareceu em uma live com Bolsonaro pedindo mais recursos para o ministério.

“Está em questão a sobrevivência da ciência”

Uma nota conjunta, lançada pela Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e outras entidades científicas, protesta contra os cortes de Bolsonaro: “É um golpe duro na ciência e na inovação, que prejudica o desenvolvimento nacional. [...] Fazemos um apelo aos parlamentares para que revertam essa decisão, com todos



Em Belém (PA) e Juiz de Fora (MG), como em várias outras cidades, a Juventude Revolução do PT se apresentou com suas bandeiras nos atos de 2 de outubro por Fora Bolsonaro.

os meios disponíveis para repor os recursos destinados ao MCTI e ao CNPq. Está em questão a sobrevivência da ciência e da inovação no país.”

Thayse Reis, militante da Juventude Revolução do PT e estudante do programa de mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, relatou sobre as dificuldades na pós-graduação: “A pós-graduação é um sonho que foi ficando distante para muitos jovens. O orçamento para a ciência do governo Bolsonaro já era minúsculo e os estudantes da pós-graduação já vinham enfrentando enormes dificuldades com o financiamento de pesquisas. Agora a situação fica

ainda mais grave, muitas bolsas estão ameaçadas. Não podemos admitir mais esse ataque!”

É tarefa da ANPG, junto com as demais entidades estudantis, organizar a luta para reverter mais essa ofensiva contra os estudantes e pesquisadores. A ANPG anunciou o dia 26 de outubro como dia nacional de paralisação dos pós-graduandos e mobilização em defesa da ciência.

A luta contra Bolsonaro precisa continuar nas ruas e nas salas de aula. Colocar abaixo o governo genocida é a saída em defesa da educação e da ciência brasileiras.

Kris

APG luta por bolsas para estudante que trabalha

Entidade exige de Rui Costa revogar resolução que prejudica pós-graduandos

A Associação de Pós-Graduandos (APG) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) está em campanha desde agosto desse ano exigindo do governador do estado, Rui Costa (PT), a revogação da resolução 02/2020 da Fundação de Amparo e Pesquisa da Bahia (Fapesb). Esta resolução passou a exigir de seus bolsistas a não obtenção de vínculos empregatícios durante a vigência das bolsas. Além de impedir qualquer vínculo empregatício, a resolução permite à Fapesb o cancelamento da

bolsa estudantil a partir de critérios próprios, sem direito a reclamação.

Em carta à Procuradoria do Estado (PGE) a entidade argumenta que a medida gera inúmeros danos aos pós-graduandos na Bahia como prejuízos às carreiras acadêmicas e profissionais, impedimentos de adquirir experiência nas seleções e concursos, e também, na vida pessoal, pois vários estudantes não têm como sustentar suas famílias apenas com o valor defasado das bolsas.

Segundo a entidade, a possibilidade

de ter trabalho remunerado por parte dos estudantes não significa nenhum custo a mais para os cofres públicos.

A campanha pela revogação ganhou corpo quando foi realizada uma Plenária Estadual de pós-graduandos da Bahia dia 26 de agosto que contou com a participação de diversas universidades públicas baianas como UEFS, UNEB, UFSB, UESB, além da UFBA. No dia 9 de setembro foi realizado um ato público na governadoria que protocolou um abaixo assinado com mais de 500

adesões exigindo a revogação da resolução 02/2020 e a abertura de uma mesa de negociação com Rui Costa para tratar da questão e de inúmeros abusos cometidos pela Fapesb em relação aos estudantes bolsistas.

A entidade que esteve presente nas ruas para derrubar o governo Bolsonaro, engrossa também a luta contra os cortes na educação, ciência e tecnologia e promete que “seguiremos na luta até que tenhamos nossas reivindicações atendidas!”.

Sidnéia

Vitória na eleição do CALET UnB

Chapa é eleita em defesa do ensino presencial e pelo fim do governo genocida

Nas eleições do Centro Acadêmico de Letras da UnB, que ocorreram virtualmente entre 5 e 7 de outubro, a chapa “Carolina” foi eleita com 92% dos votos válidos.

No centro do programa esteve a defesa do ensino presencial e a exigência à reitoria e ao governo de medidas como testagem, contratação de professores, aumento da frota de ônibus e acessibilidade às pessoas com deficiência (PCDs). A chapa 2 “Aurora” teve 6% dos votos

defendendo um programa genérico e limitado a reivindicar inclusão digital.

A chapa vencedora, impulsionada pela Juventude Revolução do PT, e em homenagem a Carolina de Jesus, escritora, compositora e poetisa negra brasileira, foi construída em reuniões abertas chamando os estudantes a debater as reivindicações do curso.

O sentimento de que não dá para continuar no remoto levou, por

unanimidade, à defesa do ensino presencial como principal bandeira da chapa. Os cortes na educação e na pesquisa, vindos do governo federal, estiveram no debate e a chapa defendeu o CA nas ruas pelo fim do governo Bolsonaro e de seus generais, e pela recomposição do orçamento.

A campanha foi realizada com passagens em salas, nas aulas remotas, e no boca a boca nas redes sociais e grupos de turma. Munir Walid, militante da JR do PT e membro da

chapa, afirmou: “O CA é essencial para a nossa luta pelo ensino presencial, agora é colocar o bloco na rua pra enfrentar o governo e os cortes”. A jovem Clara Gonçalves, vice-presidente eleita, comentou que “vários estudantes se interessaram por conta do momento que estamos vivendo e toparam conhecer a JR”. Agora o desafio é seguir mobilizando os estudantes nas ruas.

Correspondente

A barbárie à brasileira

Não há país para o qual olhemos onde não haja o aprofundamento dos ataques aos direitos, serviços públicos e condições de vida do povo. Consequências da política dos governos que respondem à necessidade do capitalismo em crise e que agora, aproveitando da pandemia, acelera medidas que nos aproximam cada vez mais da barbárie.

No Brasil, esta situação ganha uma dramaticidade particular. Filas de pessoas atrás de ossos, para lembrar o gosto de carne que já não comem mais. A volta do fogão a lenha, quando se tem o que cozinhar, porque gás já não dá para comprar mais.

Consequências da permanência de um governo que, além de fazer o que fazem todos os outros, faz emergir com força outros efeitos da sobrevivência do capitalismo: as milícias trafegam em tapetes vermelhos; as instituições, como o Congresso, se locupletam com o dinheiro público, a educação, ciência e pesquisa são solapadas, e por aí vai. A barbárie ganha toda sua dimensão.

Como o veto do governo à concessão de absorventes às meninas carentes e mulheres em situação de rua e nos cárceres (uma delas, mãe de cinco filhos foi presa – agora solta – por roubar itens comestíveis no valor de R\$ 21,00!). No caso das meninas, um fator de ausência às aulas e que empurra à evasão escolar é não terem absorventes para irem às escolas durante seu ciclo menstrual!

O governo assalta os cofres públicos, acoberta ministros que lucram em paraísos fiscais e diz às mulheres: vivam como bichos! Nada contra os bichos, mas este exemplo é uma expressão nua e crua da regressão em toda linha que representa a sobrevivência do capitalismo. No Brasil, na figura do rato Bolsonaro que emergiu do esgoto, no ralo aberto pelas atuais instituições.

Mas, é verdade também, que em todos os países - cada um de forma particular - a luta do povo está presente.

AS ATUAIS INSTITUIÇÕES ABRIRAM O RALO AO RATO QUE A COMANDA

No Brasil, surgiram as mobilizações por Fora Bolsonaro. Os servidores públicos resistem à PEC 32 que, se aprovada, jogaria ainda mais o povo à própria sorte.

A contundência dos ataques exige uma resposta mais contundente, que não passa por buscar saídas com os mesmos, os de sempre, que ajudaram a construir esta “barbárie à brasileira”: o governo Bolsonaro, cuja política e “modus operandi” são tolerados pelas atuais instituições.

Precisa de prova? Mesmo com tudo que

já se sabia, e tudo o mais que foi revelado pela CPI da Covid, o presidente da Câmara, Arthur Lira, com o bolso cheio de grana, se diz “absolutamente tranquilo e convencido” de que não há condições para instaurar um processo de impeachment.

Pois bem, que se diga, em particular o PT – cuja liderança maior, Lula, aparece como a única alternativa, como mostram as pesquisas eleitorais, para enfrentar a barbaridade imposta ao povo – “estamos convencidos que com este governo não dá! É Fora!” E no bojo desta luta – que passa pelo chão da fábrica, pelos bairros das periferias onde estão os jovens sem futuro, as meninas sem absorventes e os pais e mães de família sem ter o que colocar na mesa para dar de comer aos seus filhos – vamos discutir e preparar as condições para que com a derrubada deste governo se abra um processo de reconstrução do país.

Para barrar a barbárie à brasileira, o primeiro passo é ejetar Bolsonaro. Para abrir a via da luta pelo socialismo, contra a barbárie, o passo sincronizado é livrar o país das instituições que o promoveram e com ele são coniventes.

É por esta luta que o Diálogo e Ação Petista mobiliza seus grupos de base e abre a discussão com todo o partido. Nas ruas por Fora Bolsonaro! E, diante da crise das instituições, a perspectiva de uma Assembleia Constituinte Soberana.

NOTAS

Latifundiários se articulam para impor retrocesso

Documentos internos do Instituto Pensar Agro (IPA) revelados recentemente na imprensa mostram a articulação do grupo de latifundiários na ofensiva contra o direito à terra aos indígenas.

O Instituto é formado por 48 associações do agronegócio, dentre elas a Aprosoja. Não por acaso, o coordenador da Comissão de Direitos à Propriedade do Congresso Nacional é Frederico Azevedo é líder da Aprosoja no Mato Grosso do Sul. A mesma entidade presidida por Antonio Galvan que atuou na articulação dos atos em apoio a Bolsonaro em 6 de setembro em Brasília.

Ataque aos povos indígenas

A Comissão de Direitos à Propriedade esteve por trás da articulação parlamentar para a aprovação do PL 2633/20 que legaliza a posse da terra pública ilegalmente tomada por latifundiários. O mesmo grupo impulsiona da PEC 215/2000 que impõe que novas terras indígenas só podem ser demarcadas após aprovação do Congresso, onde domina a bancada do latifúndio. Defendem também a aprovação do PLS 590/2015, que permitira a compra grandes

propriedades rurais por empresas estrangeiras instaladas no país, o que hoje é proibido.

Atendendo aos latifundiários

Apenas no ano de 2021 o governo Bolsonaro já autorizou o uso de 411 novos pesticidas no Brasil. Dessa forma, este ano promete bater o recorde de novos agrotóxicos liberados no Brasil, que é do ano passado com 493 produtos inéditos autorizados.

Pesquisadores alertam para os riscos da liberação desenfreada. Em abril, um estudo publicado no Cadernos de Saúde Pública mostrou que de 399 ingredientes ativos de agrotóxicos aprovados no Brasil 120 foram relacionados por pesquisas científicas a danos à saúde e ao ambiente. Por essas, e outras razões, esses produtos são proibidos em outros países.

Bolsonaro publicou o decreto 10.833 que flexibiliza critérios de proibição de registro de agrotóxicos com agentes potencialmente carcinogênicos, tóxicos para o sistema reprodutivo e teratogênicos. Ou seja, permite que produtos que possam causar câncer, problemas reprodutivos ou doenças em fetos possam ser usados nas lavouras brasileiras.

Memória

MILITANTE É LIBERTADO NA ALEMANHA ORIENTAL

Sob o pretexto dos 30 anos de aniversário do regime implantado na Alemanha Oriental, o governo repressivo desse país libertou o militante Rudolf Bahro, aprisionado desde novembro de 1977. No ano passado, a defesa de Bahro (...) foi parte integrante da campanha internacional contra a repressão promovida por diversas organizações e militantes europeus, entre os quais os trotskistas do Comitê de Organização pela Reconstrução da 4ª Internacional. Rudolf Bahro já havia se levantado contra a invasão das tropas russas na Hungria de 1956 (...). Bahro foi preso sob a habitual acusação de espionagem. Depois de sua libertação, na semana passada, Bahro encontra-se atualmente na Alemanha Ocidental.

O Trabalho nº 35 – 23/10/1979

Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Diagramação: Paulo Henrique

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho



Lula nos atos Fora Bolsonaro, um debate

“Se subir no caminhão, não desço mais”

É uma discussão que existe entre petistas e na opinião pública - Lula deve ir ou não aos atos da campanha “Fora Bolsonaro”? O próprio Lula se mostra em dúvida.

A manifestação do último dia 2 de outubro na avenida Paulista foi anunciada como um “ato nacional”, especialmente o palanque (ver pág.6). Então, embaixo, na avenida, havia uma expectativa natural a respeito de Lula. Quando Ciro Gomes foi vaiado, se ouviu muito “olê, olê, olê, olá, Lula, Lula”. O Diálogo e Ação Petista, no seu panfleto distribuído no dia dizia “queremos a presença de Lula, a maior liderança popular deste país, nas ruas, liderando as manifestações”.

Uma senhora, militante do movimento popular, comentou “ah, mas ele pode ser alvo de um atentado se vier”. O senhor ao lado retrucou que “aqui acho que se protege, mas não é isso o que ele diz”. A senhora, então,

questiona “e o que ele diz?”. “Disseram na reunião da Frente”, responde, “que para ele depende de vir também um outro ex-presidente da República, para não caracterizar”. A senhora “ai então já não sei”.

Noutro canto da avenida, um trabalhador, servidor público, argumentou: “certo, mas se ele vier, sabe como é, eles são capazes até de cassar a candidatura dele depois”. Mas um outro contestou, “não penso assim; e você acha que se ele ficar comportadinho até a véspera da eleição vai pegar eles de surpresa?”.

“Toda força na guerra”

Um simpatizante, eleitor firme de Lula, comentou e sorriu: “é que ele sabe, o PT não quer muito ter impeachment para ganhar o ano que vem, então vai vir pra quê?”. Sério, o amigo ao lado discordou: “isso é o que o MBL e a Folha espalham para se justificar, o fato é que se não tiver uma guerra

contra Bolsonaro, aí é que arma um golpe pra eleição, e pra essa guerra interessa o Lula vir com toda força”.

Depois do ato, um rapaz do PSOL questionou: “mesmo anunciando Lula é improvável que viessem milhões, o PT já não tem a mesma força”. “Mas nós”, replicou um amigo, “não fomos lá aquecer a oposição para a eleição, por isso precisamos da principal liderança junto, para derrubar Bolsonaro – ou você já dispensou o Lula pelo Boulos pra chegar nos milhões?”.

Dias depois, numa coletiva de imprensa, perguntaram a Lula se irá no ato anunciado para o dia 15 de novembro. Ele usou vários argumentos diferentes, contra e a favor, para resumir assim: “Eu não sei se eu vou no dia 15. Vai depender das circunstâncias e do momento” (El País, 8/10).

O novo e mais importante



Lula em entrevista coletiva, dia 8/10 em Brasília

argumento de Lula é que estando “na frente em todas as pesquisas, quando eu subir no caminhão é para não descer mais, vou voltar a andar pelo Brasil”. É o que este jornal considera o caminho mais adequado para enfrentar o desastre da destruição nacional que nos ameaça daqui até 2023 – Fora Bolsonaro, quanto antes melhor!

J.A.L.

Oportunidade perdida, de ficar calado!

Rui Costa, na contramão da luta e da defesa dos serviços públicos

Enquanto servidores dos três níveis se mobilizam contra a PEC 32, da reforma administrativa (ver pág.7) o governador da Bahia, Rui Costa do PT, dá uma declaração que é uma trombada com a luta dos servidores e com a defesa dos serviços públicos. Reproduzimos, sem mais comentários.

“Apesar de admitir não conhecer detalhes do relatório da reforma administrativa apresentado pelo deputado federal

Arthur Maia (DEM-BA), o governador Rui Costa sinalizou que a matéria deve ser discutida para modernizar o serviço público. ‘Uma reforma administrativa seria possibilitar, como em outros países, uma remuneração mais adequada para os profissionais que estão na ativa e uma remuneração que pudesse estar vinculada à produção coletiva e individual das pessoas’, defendeu o petista, durante a entrega de viaturas da Polícia Militar nesta segunda-feira (27).

‘Uma das grandes ferramentas de gestão não só do mundo das empresas privadas mas públicas em países como Canadá, Inglaterra e Alemanha é remunerar de acordo com o desempenho das pessoas ou das unidades que essas pessoas trabalham. E o modelo brasileiro não possibilita muito isso’, explicou o governador, citando como exemplo uma professora extremamente dedicada aos alunos em comparação com um colega ‘recordista’ de atestado e que recebem

exatamente a mesma remuneração.

‘Uma legislação mais moderna poderia propiciar você premiar quem tem uma dedicação maior e um desempenho maior. Hoje é quase impossível você fazer isso do ponto de vista da legislação’, defendeu Rui. Segundo ele, um parecer foi solicitado a Edelvino Góes, secretário estadual de Administração, para ter uma análise mais detalhada sobre o texto da reforma administrativa em apreciação no Congresso”.

Longa hesitação da Prefeitura do PT

Professores reconquistam direito em Juiz de Fora

Toda a cidade de Juiz de Fora (MG) sabia o que era o “artigo 9º”, combatido pelo Sindicato dos Professores (Sinpro) desde 2014. Na ocasião, um prefeito do MDB, Bruno Siqueira, aproveitou as férias da categoria para passar na Câmara dos Vereadores o reajuste anual do Piso Nacional só para aqueles que recebiam o valor exato deste piso, o que era uma forma de achatamento salarial.

Denunciada pelo então vereador, hoje deputado estadual, Betão (PT), a questão virou o primeiro ponto de todas campanhas salariais da categoria.

Margarida Salomão (PT) foi eleita prefeita de Juiz de Fora em 2020 com

o compromisso da revogação do tal artigo 9º, o qual, junto com a proposta de concurso público, lhe rendeu o voto em massa dos professores.

Mas até há pouco, a nova administração enrolava e não tinha enviado a mensagem de revogação do artigo 9º à Câmara, que é o procedimento. Então, o vereador Sargento Mello (PTB) aproveitou e apresentou um PL para revogá-lo. Inimigo dos professores e bolsonarista, o Sargento Mello tinha tentado o impeachment da prefeita.

Mas oportunista, seu projeto coesionou a maioria da Câmara e apertou Margarida. Na verdade, o projeto tinha vício de iniciativa pois tratava de despesas.

Foi a luta que valeu!

Para os professores, a aprovação do projeto de Mello não era suficiente, pois o seu vício trazia insegurança jurídica. Exatamente por isso, a categoria entrou na campanha “Revoga, Margarida” liderada pelo Sinpro e pela vereadora Cida Oliveira (PT), que vem do professorado. O Diálogo e Ação Petista apoiou a campanha.

Pressionada, a prefeita Margarida finalmente enviou a mensagem, que foi aprovada, após ser obrigada a negociar a retirada do PL de Mello. O governo do PT se desgastou na sua base para aprovar um dos seus próprios compromissos de campanha, agora ao lado de seu principal opositor!

Para a categoria, contudo, valeu e coroou uma luta enorme de sete anos.

Fica a questão de saber porque o governo do PT demorou tanto para dar esse passo obrigatório. A inquietação se justifica, pois todos os últimos prefeitos tentaram acabar com diversas conquistas importantes do plano de carreira dos professores, como o triênio de 10% e a remuneração por formação (50% para mestrado e 100% para doutorado).

Alerta, a luta do professorado prosseguirá para a recomposição das perdas do último período e pelo concurso público.

Luã Cupolillo

DAP LANÇA CADERNO SOBRE A CONSTITUINTE

É uma ferramenta para os grupos de base promoverem o debate

Um debate de duas horas de duração, transmitido pelo facebook, no sábado, 9 de outubro, marcou o lançamento do Caderno “A palavra ao povo! A questão da Constituinte Soberana como perspectiva para reconstruir e transformar o Brasil diante da crise das instituições”. Mais de 160 companheiros e companheiras assistiram ao debate pelo facebook, e vários enviaram perguntas e observações, que foram respondidas pelos debatedores.

A apresentação do Caderno e o debate iniciam o ciclo de debates Crise das Instituições e a Constituinte Soberana, decidido pela Plenária Nacional do DAP realizada em 10 de julho, com 700 participantes de todo o país. Nas palavras de Paulo Farias, do Comitê Nacional do DAP e coordenador do debate, “estamos dando o pontapé inicial dessa discussão, agora é a vez dos grupos de base desenvolverem essa discussão junto aos militantes petistas e dos movimentos sociais”.

O debate teve as falas dos cinco integrantes do Comitê Nacional do DAP que escreveram os textos do Caderno. Misa Boito, do Diretório Nacional do PT e responsável pela edição do Caderno, fez a apresentação e lembrou que o golpe que cassou o mandato da presidente Dilma e levou Lula à prisão foi urdido no interior dessas instituições: “Não será este Congresso, eleito pelas regras atuais, que fará uma Constituinte Soberana”.

Markus Sokol, da Executiva Nacional do PT, disse que a Constituinte era uma bandeira do PT em suas origens. Rememorou o momento em que as



Paulo Farias: “Debate é pontapé inicial”

manifestações de 2013 puseram essa bandeira na ordem do dia e a proposta de Dilma da Constituinte Exclusiva da reforma política, e como aos poucos o PT foi deixando-a de lado, quando não a recusando abertamente, como fez o candidato Haddad nas eleições de 2018.

Luiz Eduardo Greenhalgh, também do Diretório Nacional, falou sobre a tutela militar, que desde a proclamação da República sempre existiu e que foi mantida pela atual Constituição. Lembrou que os generais brasileiros que participaram da intervenção militar no Haiti são os mesmos que hoje apoiam Bolsonaro e ocupam os principais cargos do governo. Concluiu: “Somos socialistas e por isso defendemos a Constituinte Soberana e Democrática”.

As mudanças ocorridas na Constituição nesses 33 anos, com retirada de direitos sociais e trabalhistas e ataques à soberania nacional, foram abordadas por Roberto Salomão, do diretório do PT do Paraná. Ele afirmou que isso é obra de uma minoria da Nação, representada como ampla maioria nessas instituições. Daí ser

necessário eleger uma Constituinte com novas regras, com uma representação fiel do povo brasileiro.

Em sua fala, Júlio Turra, do Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio-CILI, discorreu sobre as experiências em curso no Chile e no Peru. Nos dois países, a questão da Constituinte Soberana foi colocada na ordem do dia pela mobilização popular que confrontou as instituições vigentes: “Para chegarmos a uma Constituinte Soberana, é necessário de um lado que haja uma profunda crise institucional; de outro, um amplo movimento de massas. Essas condições estão se reunindo no Brasil”.

Agora, a bola está com os grupos de base do DAP. De posse do Caderno, podem promover esse debate nas instâncias do PT, junto a movimentos sociais, sindicatos e entidades populares. O Comitê Nacional do DAP está à disposição dos companheiros para ajudar no que for preciso.

Diante da aguda crise institucional, é uma discussão atualíssima e necessária.

O debate na íntegra está disponível na página DAP Brasil no facebook.

A palavra ao povo!

A questão da Constituinte Soberana como perspectiva para reconstruir e transformar o Brasil diante da crise das instituições



Como receber o Caderno

O Caderno tem também o discurso de Lula, em 1988, explicando o voto do PT contrário à Constituição aprovada, e trechos do texto de Alessandro Soares, professor de Direito, sobre as Constituintes brasileiras.

Foram impressos mil exemplares. O preço é de R\$ 5,00.

O pagamento pode ser feito pelo PIX: 51986532007.

Os DAPs estaduais e municipais podem fazer seu pedido por e-mail a misaboito1@hotmail.com.

O envio será por Sedex a cobrar.

BANQUINHA FAZ POLÍTICA E FINANÇAS

Na manifestação do último dia 2 de outubro, na Avenida Paulista, em São Paulo, uma banquinha mantida por militantes do DAP marcou presença. Os companheiros distribuíram panfletos, discutiram política com as pessoas que se aproximavam, fizeram 20 filiações ao PT e arrecadaram dinheiro para o DAP.

Com uma pipoqueira (som) e um grupo tocando música popular, esses militantes venderam água, refrigerantes e cerveja e uma ação entre amigos, para sustentar, com independência política, as atividades do DAP.

Já faz tempo que essa banquinha existe. Segundo Jussara Góes Monteiro, do grupo de base Avenida Paulista/Quartirão da Saúde e

participante ativa, a banquinha começou em 2016, quando do golpe contra o mandato da presidente Dilma. E continuou em 2018, em defesa de Lula livre/Haddad presidente. “Fizemos inúmeras atividades junto com o Sindsaúde e outros coletivos (Flores pela democracia, Artistas pela democracia, Coletivo Resistência). Estávamos lá todas as terças-feiras das 12 às 14 horas”, conta.

Jussara diz que a banquinha será montada novamente no dia 19 de outubro, com o mote “Por que Bolsonaro tem de sair”. Haverá um varal com mini-cartazes, com perguntas de um lado e respostas do outro.

Correspondente



A banquinha do DAP no 2 de outubro: política, finanças, filiações ao PT

SOLIDARIEDADE AO HAITI

O Comitê Nacional do DAP, reunido no dia 6 de outubro, decidiu reforçar a campanha de solidariedade aos companheiros do Haiti, país devastado por terremotos e pela opressão imperialista. A campanha foi uma iniciativa do Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio-CILI, ao qual o DAP é aderente.

A campanha tem encontrado boa aceitação entre os militantes do DAP. Já foram arrecadados mais de R\$ 4.300,00. Estamos bem próximos de atingir os 5 mil reais que estipulamos. Assim que este total for atingido, o dinheiro será enviado aos nossos companheiros haitianos.

Qualquer contribuição é bem vinda. Pode ser feita via PIX pelo e-mail: alves.farias13@gmail.com, ou depósito para Paulo Farias, Itaúcard, agência - 0500, conta 005680534-4.

Como seguir a luta por Fora Bolsonaro?

Ato “nacional” em 2 de outubro na Paulista foi menor que anteriores a não ser no palanque

A sexta jornada de atos Fora Bolsonaro em 2 de outubro ficou aquém do esperado pelos organizadores. É certo que houve bons atos – como em Fortaleza, Recife, BH, Curitiba e outros – e que a presença de sindicatos foi maior. Mas, no conjunto, reuniram menos gente que os de junho e julho.

Na Avenida Paulista, no “ato nacional” com palanque ampliado para os que buscam uma “3ª via” (“nem Lula, nem Bolsonaro”), cerca de 30 mil pessoas protestaram contra a alta dos preços dos alimentos e combustíveis, o desemprego, a PEC 32 (reforma administrativa) e as privatizações, exigindo o fim imediato do governo Bolsonaro. Mas era visível a decepção quanto ao público presente.

No carro de som oradores pediam “impeachment já” – improvável, dado o peso do “centrão” de Lira na Câmara – e se anunciou 15 de novembro como nova data de manifestações. A ausência de Lula



Paulista 2 de outubro

certamente não ajudou a ampliar a presença do povão. Ilustres desconhecidos do PSDB e outros partidos da “3ª via”, ao lado de Ciro Gomes (PDT), que respondeu às vaías com gestos de “ladrão” dirigidos a petistas, o que gerou algum tumulto na sua saída. O suficiente para que o PCdoB e outros “frente amplistas” tirassem notas de desagravo a Ciro.

O que indicam os atos de 7 e 12 de setembro e agora o de 2 de outubro é que a “3ª Via” nada soma nos atos

de massa, se é que não subtrai.

Bolsonaro, que sim mobiliza sua base, operou um “recuo tático”, pelas mãos de Temer, dando espaço ao “centrão” para votar reformas exigidas pelo “mercado”. A CPI do Senado acumula denúncias de crimes de Bolsonaro e seus asseclas, mas tudo vai para as gavetas de Augusto Aras (MPF). A crise institucional segue aguda, com o povo jogado no desemprego, miséria e fome, enquanto o governo de destruição da nação segue instalado.

Como avançar na luta?

Os que tomam a sua vontade pela realidade, como a CSP-Conlutas, dizem que “greve geral é a solução”. Mas ainda não estão reunidas as condições para uma greve geral (ver matéria abaixo).

Tampouco basta

indicar o 15 de novembro como “próxima parada”. Ainda mais que no dia 20 o movimento negro – e a maioria do povo oprimido é negra – chama atos de massa por Fora Bolsonaro e seria preferível concentrar nesta data.

Esperar as eleições de outubro de 2022 para tirar Bolsonaro, além de subestimar o golpismo desse governo, significaria degradar ainda mais a ruína da nação.

Assim, a menos de uma explosão social, imprevisível por natureza, a tarefa é ampliar por baixo – locais de trabalho, periferias, bairros populares e favelas – a mobilização pelas questões concretas de sobrevivência de nosso povo, cuja resolução exige o fim imediato do governo Bolsonaro. É o que ampliará a luta, e não a presença de políticos “3ª via” nos palanques.

Julio Turra



Vitória (ES), venda do jornal durante a manifestação de 2 de outubro

Correspondente

Os desafios da Plenária da CUT

O principal é mobilizar as bases pelo fim de Bolsonaro e Cia.

Entre 20 e 24 de outubro ocorre a 16ª Plenária Nacional da CUT (PLENCUT), de forma virtual, reunindo delegada/os eleitos em plenárias estaduais que, exceto em Goiás, também foram virtuais, com as evidentes dificuldades que tal modelo traz para a discussão sobre os desafios da central no atual momento.

O primeiro deles é como a CUT pode ajudar na luta pelo fim do governo Bolsonaro. O seu presidente, Sérgio Nobre – que corretamente não assinou uma nota de centrais sindicais de desagravo ao provocador Ciro Gomes (ver matéria acima) – tem

falado na necessidade de uma greve geral, o que, sem dúvida, daria outra qualidade ao movimento pelo fim desse governo que ataca o povo trabalhador em todas as frentes.

Mas, para tanto, é preciso sacudir a letargia de sindicatos, alguns ainda de portas fechadas, ir às bases, mobilizar em torno das reivindicações e direitos ameaçados, apoiar a luta dos servidores contra a PEC 32, enfim, retomar o protagonismo na luta de classe, que é o dever primeiro de uma central sindical. Um plano de lutas que aponte nessa direção é indispensável.

Unidade na ação, e não submissão

Ao longo da pandemia, a direção da CUT privilegiou acordos de cúpula no “Fórum das Centrais”. Ao invés da necessária unidade na ação por reivindicações concretas, tal Fórum atua com base em consensos e voltado para a pressão parlamentar e reuniões institucionais, sem uma efetiva mobilização das bases para a ação.

Vivemos uma crise do sindicalismo no Brasil, acentuada pelo desemprego, precarização e o fim do financiamento estatal (o velho imposto sindical). Ela coloca a necessidade

da CUT reatar com seus princípios de liberdade e autonomia sindical, de um sindicalismo enraizado nos locais de trabalho, que incorpore os terceirizados aos sindicatos de seus ramos, que promova a organização coletiva de informais (como entregadores de apps).

Em 16 de outubro, delegados e delegadas eleitos à PLENCUT a partir das contribuições dos agrupamentos “Em defesa da CUT Independente e de Luta” e “A CUT Pode Mais” realizarão reunião virtual aberta para preparar a PLENCUT.

Lauro Fagundes

Vitória dos trabalhadores da Comcap

Em Florianópolis prefeito teve que recuar

Após uma dura greve de oito dias contra a terceirização, com ameaças de demissão, violência policial, e uma mobilização que envolveu toda a cidade em defesa da Comcap, empresa que realiza a coleta de lixo na capital catarinense, os trabalhadores aprovaram a proposta enviada pela Prefeitura e encerraram a greve em assembleia em 28 de setembro.

A força do movimento fez o prefeito Gean (DEM) recuar no seu projeto de terceirização total da Comcap

e a Prefeitura Municipal de Florianópolis se comprometeu em retificar o edital, mantendo a terceirizada apenas nas regiões onde ela já atua – norte e continente.

Nas demais regiões, a Comcap segue a única responsável pela limpeza urbana.

As sindicâncias para demitir cerca de 600 trabalhadores por justa causa serão retiradas. A prefeitura também vai pedir a retirada da multa aplicada contra o Sintrasem, sindicato da categoria.

Nenhum trabalhador sofrerá desconto de salário, perseguição ou processo administrativo.

Em nota, o Sintrasem destacou que “estas são grandes vitórias contra os ataques ao nosso direito à organização sindical e à nossa entidade, que mais uma vez foi criminalizada pela prefeitura com aval da mídia chapa-branca.

Gean, assim como Bolsonaro, é um inimigo do serviço público. Seja lá em Brasília ou aqui em Florianópolis, a ordem é privatizar, privatizar e privatizar.”

Para o presidente do Sintrasem, Renê Munaro “a greve acabou, mas a luta contra a terceirização continua firme”. Renê explica que a categoria seguirá batalhando para colocar um fim à terceirização que já está em curso em dois lugares (norte e continente).

Sem perder tempo a categoria já iniciou uma série de panfletagens para dialogar com a população neste sentido.

Correspondente

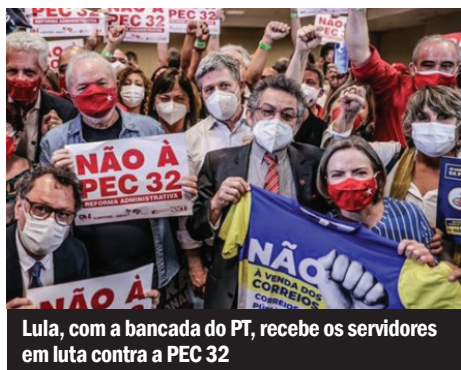
Momento decisivo na luta contra a PEC 32

Lula recebe carta e reforça luta contra a reforma administrativa

A resistência dos servidores públicos e o desgaste do governo Bolsonaro, num cenário de fome e desemprego somado a denúncias como a dos US\$ 10 milhões (R\$ 55 milhões) do ministro da economia, dificulta reunir os 308 votos necessários para aprovar a PEC 32 na Câmara dos Deputados.

Cada semana que passa sem que o governo consiga votar em plenário é uma vitória parcial.

Na quinta-feira (7) o ex-presidente Lula recebeu sindicalistas dos servidores das três esferas e também de estatais - Correios e Banco do Brasil - para afirmar a necessidade de empresas públicas, concursos e serviços públicos para garantir a soberania nacional. As entidades entregaram a Lula a "Carta das três esferas", em



que reivindicam que, se eleito em 2022, ele se comprometa a revogar as reformas de Temer e Bolsonaro e restabeleça a paridade retirada com a reforma da Previdência de 2003, no seu governo.

Guedes e Lira "vão às compras"

Acosado pelo prazo político, o

ministro Paulo Guedes e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) saíram às compras. A imprensa noticia que o governo reservou R\$ 6 bilhões para emendas parlamentares através das chamadas "emendas do relator", aquelas emendas ao Orçamento sobre as quais apenas o relator da Lei Orçamentária tem poder. Esse valor equivale a R\$ 20 milhões por deputado/voto, um retrato de o quanto as instituições e a democracia brasileiras são desfiguradas.

Contudo, as dificuldades do governo são reais e o dinheiro pode não ser suficiente ou chegar na hora errada. Nesta mesma semana, o plenário da Câmara aprovou, por 310 votos a 142, a convocação de Guedes para prestar esclarecimentos sobre o caso Pandora Papers. Os defensores

de Guedes obtiveram apenas 142 votos, menos da metade do necessário para conseguir aprovar a reforma administrativa.

Preparar o 28 de outubro e seguir a pressão

Dia 7, aproveitando a presença das caravanas em Brasília, as entidades cutistas em reunião presencial decidiram chamar uma nova plenária nacional virtual cutista de todos os ramos do serviço público. O objetivo é preparar um novo Dia Nacional de Luta para 28 de outubro, dia do servidor. A presença de delegações em Brasília e as mobilizações nas cidades são fundamentais para garantir a derrota da PEC, que será um duro golpe no governo Bolsonaro

Marcelo Carlini

Em São Paulo prefeito ataca servidores

Ato reúne 10.000 pessoas contra projeto de Ricardo Nunes

O Prefeito Ricardo Nunes (MDB), na esteira dos ataques de Bolsonaro com a PEC 32 (ver acima) e do governador Doria (PSDB) com Projeto que retira vários direitos dos servidores estaduais (PLC 26), enviou à Câmara Municipal Projeto de Emenda à Lei Orgânica do Município (PLO 07/21) que pretende cobrar dos aposentados 14% dos salários, além de quatro outros projetos de lei que tratam de questões dos servidores.

Dois atos, um em 6 de outubro, com cerca de 5.000 servidores e outro no dia 13 mais de 10.000 servidores (que agora unificou com professores) fecharam as ruas em frente à Câmara Municipal para barrar o PLO 07/21. Os atos foram chamados pelo SINDSEP (Sindicato da categoria) com mais 20 entidades. O PLO é na verdade a aplicação da reforma da previdência (EC 103). O governo precisa de 37 votos para sua aprovação. Essas medidas foram "derrotadas" em 2018, mas o governo não desiste.



Ele tenta ainda colocar em pauta em sessões extraordinárias.

A assembleia aprovou nova paralisação dia 20 de outubro e um calendário de mobilização com comandos regionais para organizar a luta e pressionar os vereadores nos bairros. O governo montou uma comissão presidida pelo vereador Rubinho Nunes (PSL e MBL) composta por vereadores do PSDB, do Novo e Republicanos. Dela participam duas vereadoras da oposição. Desta comissão coisa boa não vem.

Assalto ao bolso do servidor

O centro dos ataques é a alíquota

de 14% para os aposentados e pensionistas que recebem entre R\$ 1.100,00 (salário-mínimo) e o teto do INSS de R\$ 6.433,00, o que não existia; poderá instituir novas alíquotas por decreto com contribuição extraordinária caso o sistema tenha déficit; criação de dois fundos (repartição simples e capitalização). O FUNFIN-fundo financeiro (financiado pelas contribuições dos servidores e da prefeitura), fundo de repartição simples, onde entraria os servidores admitidos até 27/12/18; e o FUNPREV-fundo previdenciário, para os admitidos

depois de 27/12/18. O projeto estabelece também o aumento de idade mínima para homens (65 anos) e mulheres (62 anos). Enfim retoma todos os ataques da reforma da previdência de Bolsonaro. Como os dois fundos não se "relacionam" o déficit só vai aumentar e abrirá caminho para alíquotas extraordinárias que podem chegar a 22%.

A luta dos servidores se concentra na exigência de retirada do PLO 07/21. O governo marcou votação para dia 14 e as entidades decidiram novo ato.

João B. Gomes

BOLSODORIA TENTA APROVAR O PLC 26/21

Na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP) a batalha das entidades dos servidores estaduais continua barrando o avanço do PLC que retira vários direitos (ver OT 890). No último dia 5, diante da resistência, o governo não conseguiu os votos necessários para votar o projeto. As entidades continuarão a mobilização para derrotar essas reformas.

Para o Presidente da CUT SP, Douglas Izzo, "a foto são os servidores organizados contra as reformas que atacam direitos no Estado e no Município". No fechamento da edição os deputados não conseguiram colocar em votação o PLC 26. Mais um passo para barrar de vez.

Greve na GM em São Caetano

Produção está parada desde 1 de outubro

Cerca de 4.100 metalúrgicos aderiram à greve, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos da cidade. A produção diária da fábrica é de 750 veículos. Os trabalhadores cobram reajuste de 10,42%, referente ao INPC acumulado no ano, a ser pago integralmente, retroativo a 1/9. A proposta da empresa previa pagamento somente em fevereiro de 2022. Os

metalúrgicos reivindicam também o pagamento de 5% de aumento real, além da correção do piso salarial, vale-alimentação entre R\$ 500 e R\$ 1.000, participação nos resultados e adiantamento de 13º salário.

A GM ainda quer dar nova redação à cláusula do acordo coletivo que garante estabilidade de emprego aos metalúrgicos com doenças

ocupacionais, o que os operários não aceitam. O sindicato afirmou que foram realizadas 7 rodadas de negociação, sem sucesso, antes da deflagração da greve em assembleia.

Em nota o PT da cidade manifestou apoio: "O PT vem a público manifestar a sua solidariedade e apoio à greve dos trabalhadores da GM por melhores salários. [...] A cesta básica

teve um aumento de mais de 50%. Por melhores salários e condições de trabalho!". No fechamento desta edição, ainda sem acordo, a justiça ordenou a volta ao trabalho - mesma orientação da direção do sindicato. No entanto os trabalhadores decidiram, em assembleia, manter a greve.

Correspondente

Povo vive situação de calamidade

Fome, carestia e corte de energia para os mais pobres

Seres humanos disputando ossos e carcaças são cenas que pipocam em manchetes pelo país, e vão se tornando corriqueiras. As imagens falam mais do que mil palavras. Depois da “fila dos ossos” em Cuiabá, a mais recente foi no bairro da Glória, no Rio de Janeiro. Relatos de moradores dão conta de que o lugar virou ponto de distribuição do que deveria virar lixo ou ser dado aos cães. Só no estado do Rio, 2,6 milhões de pessoas (15,1% da população) estavam em situação de extrema pobreza e viviam com até R\$ 89 por mês no começo deste ano, segundo levantamento da Firjan (Federação das Indústrias do Estado do RJ). Ano passado a fome já atingia 19 milhões de brasileiros e 116 milhões vivem em situação de insegurança alimentar.

Com desemprego e a forte alta nos preços a situação se agrava a cada mês. Para as famílias de renda mais baixa, que gastam mais em alimentos, a inflação acumulada em 12 meses até agosto alcançou 10,63%, a maior marca entre as seis faixas de rendimento pesquisadas. E os alimentos registraram alta muito maior. Além do açúcar, óleo, arroz e feijão, a carne



Em um país com inflação galopante, desemprego em alta e 19 milhões de brasileiros passando fome, um caminhão carregado de pelanca e osso virou a esperança de famílias inteiras. No Rio, uma fila do desespero é formada no bairro da Glória por moradores de várias regiões, que percorrem quilômetros para levar ao prato esses restos. O material, descartado por mercados e açougues, iria para fábricas de sabão e ração de cachorro. **PÁGINA 3**

Sem comida população disputa ossos em bairro do Rio de Janeiro

bovina subiu mais de 30%, e a de frango quase 50%. Comer pés e peçoço de frango está cada vez mais comum.

A alta na carne derrubou o consumo, que chegou ao menor índice

em 26 anos! Nessa época vivíamos o tenebroso governo FHC e a recessão que também colocava o povo sob situação de insegurança alimentar. Época da famosa zombaria do presidente, que afirmava que o brasileiro estava “comendo mais frango” e que estava fazendo “mais dentaduras”. É um lembrete importante para aqueles que insistem em buscar palanque com FHC, PSDB e Cia: nos ataques ao povo eles são todos iguais!

Corte de energia

Cerca de 12 milhões de famílias de baixa renda, beneficiadas pela tarifa social, podem ficar sem energia elétrica no país. O corte do serviço, que estava suspenso desde abril por conta da pandemia, voltou a ser autorizado, em 1 de outubro, pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A tarifa social é uma política que concede descontos na conta de luz para as famílias carentes. O consumidor recebe um abatimento mensal na conta, que varia de acordo com a tabela de consumo.

Em um quadro de fortes altas no valor das contas de luz nos últimos meses – que deve se intensificar agora, após a privatização da Eletrobrás – a permissão do corte pode

atingir dezenas de milhões de brasileiros. No programa estão incluídas famílias que possuam pessoas doentes e que precisem de aparelhos elétricos para tratamento! O Senador Jaques Wagner (PT/BA) apresentou projeto de lei para proibir a suspensão do serviço até dezembro. A proposta inclui famílias de baixa renda, unidades hospitalares, centros de produção e armazenamento de vacinas e locais que não recebem a fatura impressa.

Tiago Maciel

VETO CRIMINOSO!

Aprovado pelo Congresso em setembro, projeto da deputada Marília Arraes (PT-PE) previa a distribuição de absorventes para estudantes de baixa renda de escolas públicas e mulheres encarceradas e em situação de rua. Bolsonaro vetou, ainda, o trecho que incluía absorventes nas cestas básicas distribuídas pelo Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Reportagem de maio do Fantástico mostrou que mulheres chegam a usar miolo de pão em substituição ao absorvente e que uma em cada quatro jovens já faltou à aula por não poder comprar o item. A falta de absorventes é um dos fatores de ausência de meninas nas salas de aula, o que contribui para a evasão escolar.

Com Bolsonaro capitalistas vivem bem

Enquanto o povo passa fome lucros disparam

As classes dominantes seguem preferindo manter Bolsonaro para garantir a continuidade de sua política econômica. A despeito da crise e da pandemia, a rentabilidade de seus negócios segue bem.

Os lucros dos bancos, depois de forte recuperação entre 2016 e 2020, haviam recuado em meados de 2020, quando ainda assim mantiveram-se vultosos (R\$ 100 bi) – em plena pandemia e paralisação econômica. Mas dispararam novamente neste ano atingindo R\$ 123 bilhões no 2º trimestre. Os quatro maiores bancos privados brasileiros – Bradesco, Itaú, Santander e BTG Pactual – já praticamente recuperaram suas taxas de lucratividade (retorno sobre patrimônio líquido) aos níveis pré-pandemia.

Banqueiros não sofrem

O que impressiona é que a fonte de lucro desses bancos costumava ser o juro da dívida pública. Mas, nos últimos 18 meses, a taxa Selic

(que remunera os títulos públicos) sofreu uma baixa recorde devido à profunda recessão econômica.

Mesmo assim, os banqueiros, ajudados inclusive por políticas de “liquidez emergencial” do Banco Central, arranjam formas alternativas de manter e recuperar suas gordas receitas. A política de crédito fácil incentivou os bancos a ofertar mais empréstimos. Eles, com facilidades do BC, tomam dinheiro emprestado barato a taxas até abaixo da Selic. E emprestam a juros bem mais caros (o chamado “spread bancário brasileiro”) a empresas e – no último período – sobretudo a famílias, que têm se endividado fortemente com a crise. Ademais, elevaram as tarifas bancárias bem acima da inflação.

A retomada da alta da taxa Selic fará rapidamente os bancos voltarem a reduzir a oferta de crédito e novamente obter o grosso de seus lucros dos juros da dívida pública. Em qualquer cenário, o alto lucro dos banqueiros está garantido.

O agro é lucro

O agronegócio, a despeito da seca, também tem visto seu faturamento crescer em 2021 – acima do que cresceu em 2020. O grosso do setor é voltado às exportações (e não à alimentação dos brasileiros). A alta do dólar dos últimos anos e a crise da pandemia, que fez os preços internacionais dispararem, elevou suas

receitas em reais. Ademais seus custos tributários e de regulação (ambiental, etc.) seguem em baixa com a ajuda de Bolsonaro.

Essa boa lucratividade dos negócios ajuda a explicar os “panos quentes” no governo por parte da grande burguesia.

Alberto Handfas

A FARRA DOS PARAÍSOIS FISCAIS

As revelações feitas pelo Consórcio de Jornalistas Investigativos sobre os paraísos fiscais mostrou que todos os grandes banqueiros brasileiros, grandes empresários e donos da mídia mantêm enormes quantias de dinheiro fora do país. Eles, dessa forma, não pagam impostos e lucram quando o dólar sobe. Alguns podem inclusive manter tais recursos fora para lavagem de dinheiro ilegal.

Dentre eles estão Paulo Guedes e Roberto Campos Neto. Mas eles são – como ministro da Fazenda e presidente do Banco Central – os responsáveis pela política cambial, monetária e financeira do país. Cada vez que o dólar sobe, os quase US\$ 10 milhões que Guedes tem depositado lá fora, vale mais e mais em reais. Há um enorme conflito de interesses. Mas o STF, através do ministro Toffoli, segue blindando o queridinho dos banqueiros e dos “mercados”. Mandou arquivar o requerimento de apuração das condutas de Guedes pedidas por senadores e associação de economistas.

Caso Prevent: saúde privada é isso

É a lógica do capital, o lucro se sobrepõe à vida

A CPI da Covid revelou absurdos, mas que há muito fazem parte da saúde privada do país. Atenção limitada, cuidados limitados, exames e medicamentos prescritos não de acordo com o paciente ou sua melhora, mas sim de acordo com protocolos e pacotes ditados pelas operadoras de saúde. Usados cada vez mais com propósito de apenas reduzir custo e aumentar a lucratividade.

A coerção dos médicos e da equipe de saúde a seguirem metas institucionais definidas através de uma dita "economicidade". Missão, visão e valores de empresas do setor privado que obrigam, através dos códigos de conduta ética, a submeterem os profissionais de saúde ao contrário desse preceito, sob visão direta e cumplicidade dos órgãos de atuação como o próprio Conselho Federal de Medicina (CFM).

O ex-médico da Prevent Senior, Walter Correa de Souza Netto, afirmou à Comissão que era obrigado a receitar o chamado kit covid, com medicamentos comprovadamente ineficazes contra a doença. Também alegou ter sido coagido a não usar máscara durante o atendimento aos pacientes.

O comportamento dessa empresa privada aparece em outros depoimentos, que estão sendo recolhidos pelo sindicato da categoria em São Paulo (Simesp). Médicos contratados sem vínculo, através de empresas pejetizadas, são obrigados a



assistirem aulas, aonde se "ajustam" ao código de conduta. Na sequência, são obrigados a seguirem os ditos protocolos institucionais e penalizados se não o fizerem. No caso a penalidade para um trabalhador sem contrato é a demissão sumária e sem direitos, traduzida aqui por "retirada da escala de plantões".

Prevent, Hapvida, Unimed...

Essa realidade não é exclusiva da Prevent. Durante a pandemia foram divulgados casos semelhantes na Hapvida e Unimed em algumas regiões. A precarização do trabalho médico no setor privado vem de vento em popa também. Os plantonistas trabalham por meta, tempo cada vez mais reduzido de atendimento, produtividades insanas,

em plantões de 12-24 horas aonde até descanso e alimentação são questionados.

Nesse caos cabe ressaltar que os Conselhos profissionais foram criados para regular eticamente as condutas perante o profissional de saúde e a sociedade. Mas estes conselhos estão infestados pelo bolsonarismo e interesses da medicina privada. Como ficou constatado em recentes declarações do presidente do CFM, Mauro Luis de Brito. Nas últimas eleições os Conselhos de Medicina regionais e o federal foram tomados por representantes bolsonaristas. No caso de São Paulo a última eleição para o Conselho Regional de Medicina (CREMESP) contou com a inscrição de seis chapas. Venceu a chapa do mais "puro

sangue" bolsonarista. Desde então não se houve nem se vê esse Conselho realizar seu dito papel de regular a dita "ética médica".

Por ordem superior, não interessa a vida

Ex-presidente da Anvisa Gonzalo Vecina, professor da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) se disse "indignado" diante das revelações trazidas pelo advogado Tadeu Frederico de Andrade, ex-paciente da Prevent Senior. "Trataram uma vida como se fosse lixo", disse o médico infectologista. "O que vimos é de uma indignidade e uma desumanidade terríveis".

Enquanto a saúde for matéria a serviço do lucro para o capital, absurdos como esses continuarão acontecendo. Nossa constituição de 1988 abriu essa brecha ao permitir a dita "saúde complementar" privada. Em 2015 a abertura para o capital estrangeiro colocou na centralidade a financeirização desse setor e aprofundou as aberrações já existentes. Junto à autorização a terceirização irrestrita dos trabalhadores, esse cenário demonstra uma soma de elementos aonde a saúde é cada vez mais ditada pelos lucros do plano/operadora.

Apenas uma saúde pública e para todos, no nosso caso o fortalecimento do SUS, sem interferência do poder econômico e que não vise apenas o lucro, pode reverter as mazelas as quais a saúde privada nos leva.

Juliana Salles

O que esperar do relatório da CPI da Covid

Crimes e corrupção do governo foram expostos, mas instituições convivem com a situação

Depois de quase seis meses de atividades, a CPI da Covid-19 conclui os trabalhos, com a leitura e a votação do relatório final estando previstas para os próximos dias. A pandemia já matou mais de 600 mil pessoas no Brasil. Os depoimentos e discussões na CPI atraíram grande atenção e repercutiram intensamente, mas é no mínimo duvidoso o resultado prático de seus trabalhos.

O relator, senador Renan Calheiros (MDB-AL), afirmou em entrevista à Folha de S.Paulo que indicará Bolsonaro, a quem chamou de "facínora". Outras figuras de destaque que apon-tou entre os indiciados são o general e ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello e o coronel Elcio Franco, ex-secretário-executivo do Ministério.

A CPI mostrou dados que comprovam o comportamento criminoso do governo Bolsonaro, cuja atuação favorece deliberadamente a expansão

da pandemia e o genocídio da população mais pobre.

Além de não ter uma política de testagem da população, não se empenhou na compra de vacinas e, quando o fez, foi para buscar esquemas que possibilitassem a cobrança de propinas.

Essa corrupção, presente durante todo o período, foi particularmente forte na gestão de Pazuello. Diversos militares de alto escalão estão envolvidos na roubalheira.

Ao falar à comissão, na época em que o número de mortes pela Covid-19 no país era de aproximadamente meio milhão, o epidemiologista Pedro Hallal citou um estudo segundo o qual pelo menos 400 mil dessas mortes teriam sido evitadas se o governo tivesse tomado providências quando surgiram as primeiras informações sobre a doença, em janeiro de 2020.

Problema é político

O mérito da CPI foi talvez o de expor de forma ampla o que o governo e os planos privados de saúde fizeram.

A intenção proposital de deixar a população de Manaus (AM) sem atendimento, a pretexto de obter a "imunidade de rebanho"; a recomendação de tratamento precoce, como o uso de hidroxiquina, que não tem eficácia contra a doença; os depoimentos chocantes sobre as experiências feitas pela Prevent Senior com os pacientes (leia acima); tudo isso, além do espetáculo degradante de militares e civis do governo querendo lucrar com a vacina, veio à luz.

Mas as instituições que, em tese, deveriam estar atentas a tais fatos deixaram – e ainda deixam – tudo rolar, sem moverem um dedo para mudar a situação. Convivem com a

situação sem grandes abalos.

Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público, têm todas as condições técnicas de constatar que ações e omissões do Executivo quanto à pandemia contrariam as recomendações de especialistas sanitários e agravam os riscos para o povo. Têm também os instrumentos para apurar irregularidades envolvendo compras e serviços pagos a empresas privadas.

O problema é político. Conhecido o relatório da CPI, com o conteúdo que vem sendo anunciado, isso levará o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), a dar andamento aos pedidos de impeachment de Bolsonaro? O Supremo Tribunal Federal dará um basta às ameaças golpistas do presidente genocida e dos demais integrantes de seu bando? As respostas são óbvias.

Cláudio Soares

Constituição faz 33 anos, em frangalhos

Pactuada por cima, ela manteve as instituições e a tutela militar

No último dia 5 de outubro, completaram-se 33 anos da promulgação da atual Constituição. Chamada de “Constituição cidadã” pelo presidente do Congresso constituinte que a elaborou, Ulysses Guimarães, torna-se necessário, hoje mais que nunca, entender seu caráter, em que condições veio à luz, como tem sobrevivido e quais as perspectivas que se colocam no momento de uma aguda crise institucional, sob o governo Bolsonaro.

Com esse objetivo, o Diálogo e Ação Petista, em debate realizado dia 9 de outubro, lançou o caderno “A palavra ao povo! A questão da Constituinte Soberana como perspectiva para reconstruir e transformar o Brasil diante da crise das instituições”, com vários textos escritos por membros de seu Comitê Nacional. O caderno ajuda a elucidar essas questões.

Do Colégio Eleitoral à Constituinte de 87/88

A ditadura militar implantada em 1º de abril de 1964 terminou oficialmente 21 anos depois, em 21 de abril de 1985. Porém, como? Com a morte de Tancredo Neves, presidente eleito pelo Colégio Eleitoral dessa mesma ditadura, e a posse de seu vice, José Sarney, que, além do mais, sempre fora um serviçal dos militares.

Assim nasceu a chamada Nova República. Em seu segundo ano de mandato, Sarney baixa o Plano Cruzado, que de início teve grande aceitação popular, principalmente pelo congelamento dos preços. Nas eleições de 1986 seriam escolhidos governadores, senadores, deputados estaduais e deputados federais, estes últimos com a tarefa de elaborar a nova Constituição. Quatro dias depois do pleito, Sarney anuncia o fim do Plano Cruzado, que já fazia água havia muito- mas o estrago estava feito. Os deputados constituintes já estavam eleitos.

A Constituinte de 1987/88 era um arremedo. Num período, os deputados debatiam a nova Constituição a ser redigida; no outro, cumpriam suas tarefas habituais de deputados.



No Congresso Constituinte tinha até senador biónico da ditadura

O PT estava representado por uma bancada de 16 deputados (3% do Congresso).

A bancada do PT votou contra aquela Constituição, posição endossada pelo Diretório Nacional. Porque ela mantinha a tutela militar (sempre presente, hoje escancarada), não punia os crimes da ditadura, não fazia nenhuma reforma profunda (agrária, do Judiciário, da mídia). Em resumo, não resolvia os problemas que o país enfrentava, apenas respondia a interesses de uma minoria. O PT votou não, mesmo tendo conseguido aprovar algumas conquistas importantes, que não alteravam, porém, o conteúdo da nova Lei.

Também a CUT, em seu 3º Congresso nacional (BH, 1988), adotou resolução se posicionando contrária à “Constituição Cidadã”.

Mudanças para pior

Nesses 33 anos, houve 106 emendas constitucionais. No conjunto, elas constituem ataques aos direitos e conquistas inseridos com muita luta na Constituição.

Foi assim com as várias reformas de Previdência (inclusive no governo Lula), todas com o objetivo de aumentar a idade mínima e o tempo de contribuição para a aposentadoria, e com as reformas trabalhista e a administrativa (esta, ainda não aprovada) do governo Bolsonaro.

A soberania nacional foi golpeada de rijo, com as quebras dos monopólios estatais do petróleo e gás, telecomunicações e navegação de cabotagem no governo FHC, e com as privatizações de estatais que se seguiram, no Brasil e nos estados: empresas de telefonia, fertilizantes, bancos, etc.

Embora essas mudanças para pior não tenham cessado durante essas mais de três décadas, elas se aprofundaram a partir do golpe que, em 2016, cassou o mandato legítimo da presidente Dilma e levou Lula à condenação, prisão e impedimento de concorrer às eleições de 2018. Vem do governo ilegítimo de Temer a Emenda Constitucional 95 (PEC da Morte), que congelava os investimentos públicos por 20 anos. O resultado desse golpe foi Bolsonaro presidente...

Constituinte na ordem do dia

Em junho de 2013, durante o governo Dilma, um amplo movimento de massas, semi espontâneo, tomava as ruas do país. Iniciado com uma singela palavra de ordem (contra o aumento das tarifas de ônibus), o movimento, de fato, questionava as instituições vigentes. Dilma, com sensibilidade, reagiu propondo a Constituinte Exclusiva da Reforma Política... e recuou, menos de 24 horas depois, sob pressão do vice Temer, futuro golpista, e do STF.

No ano seguinte, algumas forças políticas, entre as quais o DAP, promoveram um plebiscito popular sobre o tema. Com oito milhões de votantes, e quase a totalidade dos votos a favor da convocação da Constituinte.

O resultado foi entregue a Dilma, então candidata à reeleição, mas a coisa não saiu do papel.

A Constituinte hoje

Em 2017, no 6º Congresso do PT,

foi apresentada emenda do DAP para que o PT assumisse a luta pela Constituinte. Em 2018, com Lula preso, o candidato Haddad, em entrevista no Jornal Nacional abandonou a proposta. No 7º Congresso, em 2019, mais uma vez a emenda do DAP foi aprovada. Mas o fato é que as direções do PT resistem a dar este passo.

Isso é resultado da acomodação do PT a essas instituições. O que leva o partido a jogar todas as fichas nas eleições de 2022, a procurar aliados que, sabemos, são os mesmos que participaram ativamente do golpe de 2016- em suma, aqueles em que não podemos depositar nenhuma confiança.

A Constituição atual, que não tem nada de “cidadã”, é a expressão jurídica das atuais instituições, as mesmas que patrocinaram o golpe contra Dilma e a prisão de Lula. É a mesma Constituição que convive com os crimes de Bolsonaro, que se avolumam dia a dia.

Hoje, vivemos a seguinte situação: Bolsonaro prossegue em seu projeto de um poder ilimitado, ancorado nas forças armadas, nas igrejas pentecostais, nas suas milícias. O Judiciário se cala. O Congresso divide-se entre Bolsonaro e a chamada 3ª via, sem que haja entre elas nenhuma divergência sobre a política econômica e social implementada por Bolsonaro.

Os generais estão mais presentes do que nunca. Ocupam os principais cargos da administração, envolvem-se em negociatas e se agarram à sua prerrogativa de “manter a lei e a ordem”, que a Constituição lhes garante.

Hoje, contando com as experiências dos países vizinhos (no Chile, para por em terra a Constituição pinochetista, no Peru, para fazer o mesmo com a Constituição fujimorista), é necessário abrir essa discussão no Brasil.

Convivemos com uma Constituição que não representou nenhuma mudança no sistema de dominação de uma minoria de privilegiados; que vem sendo atacada dia a dia nas poucas conquistas populares nela inscritas; quando Bolsonaro procura, desde o primeiro dia de governo, alçar-se a poderes tais que lhe permitam golpear ainda mais profundamente os direitos dos trabalhadores.

Não há meias medidas. O Brasil precisa de uma transformação profunda, de uma reconstrução. E isso só pode ser feito por uma Assembleia Nacional Constituinte Soberana e Democrática que dê a palavra ao povo, que garanta à maioria o direito de se ouvir e decidir os rumos da Nação.

Roberto Salomão



Bancada do PT votou contra o texto global da Constituição de 1988

Alemanha: após as eleições de 26 de setembro

Uma desestabilização política generalizada

As eleições para o Parlamento Federal (26 de setembro) serão um marco, com a implosão do sistema de dominação política da democracia parlamentar que se instaurou na República Federal da Alemanha, a partir de 1945.

Com essas convulsões eleitorais, assistimos ao abalo do sistema partidário, incluindo os cinco partidos estabelecidos. Quem se limita a constatar isso apenas na queda dramática da União⁽¹⁾, principais partidos da burguesia desde 1945, e no fato de que os votos para o partido Die Linke (A Esquerda) caíram pela metade, fica na superfície das coisas. Trata-se de uma profunda sacudida do regime político da Alemanha, o imperialismo europeu dominante, com uma base industrial poderosa, mesmo que tenha começado a se reduzir.

A situação é agravada pelos golpes desferidos pela onipresente guerra econômica, social e política do imperialismo dos EUA, com particular força contra o imperialismo alemão. O Washington Post fez o seguinte comentário: "Uma fase de incerteza" começa, o resultado provoca reações de medo e pânico entre os governos europeus.

Eleições democráticas?

60 milhões e 400 mil eleitores de

nacionalidade alemã vivem na Alemanha. Mas também vivem aí cerca de dez milhões de pessoas que, na maioria, são parte integrante da sociedade há anos, oriundos da imigração, não têm direito de voto porque não possuem nacionalidade alemã. Muitos deles não querem perder sua nacionalidade original em troca da nacionalidade alemã.

Esses 10 milhões de habitantes sem direito a voto, mas também sem direito a um emprego e à moradia, formam um novo subproletariado abaixo ou ao lado das camadas de baixa renda, dos salários mais baixos e dos trabalhadores mais precários.

Estabilidade política com a eleição de Scholz? O candidato do SPD, Olaf Scholz, foi eleito com o pior resultado já registrado, cerca de 25% dos votos, o que corresponde a 19,5% dos eleitores!

Estabilidade social?

Na campanha eleitoral, Scholz salientou a sua contribuição para a defesa do estado de bem estar, uma enganação cínica dos eleitores. Com Gerhard Schröder, ele inaugurou em 2003, graças à política da Agenda⁽²⁾, o ataque geral às conquistas históricas do estado social e continuou a liderar a destruição social e política com o SPD na Grande Coalizão por 16 anos.

Os instrumentos de desmantelamento social, desregulamentação e dissolução dos acordos coletivos nacionais conduziram, neste ano eleitoral de 2021, a este exército, o maior da Europa, de assalariados condenados a baixos salários e trabalhos avulsos, de trabalhadores precários, bem como a esse subproletariado.

Isso tem como consequência um empobrecimento generalizado das camadas mais populares e um aumento da pobreza entre os idosos, acumulando uma enorme carga explosiva na sociedade. É ela quem procura uma válvula, neste ano eleitoral de 2021, numa onda de greves sem precedentes e em manifestações massivas.

Na campanha eleitoral mentiras aos eleitores

Como Scholz, os outros dois candidatos à chancelaria, Armin Laschet (União) e Annalena Baerbock (Verdes), não disseram uma palavra sobre a situação social catastrófica de camadas da população trabalhadora e dos jovens. Nem uma palavra sobre os preços que explodem (incluindo os aluguéis), sobre a inflação que começa a disparar e que tira o poder de compra da população ativa, sobre a evolução da crise da produção, com o início das demissões e fechamentos

de unidades de produção, por exemplo, na indústria automotiva.

Eles encobriram essa difícil realidade social com fraseologia e promessas enganosas sobre "proteção climática", "tecnologia digital e modernização". Foi uma enxurrada sem precedentes de mentiras ao eleitor.

As greves fortes que estão ocorrendo e as manifestações combativas testemunham a profunda indignação por parte das massas trabalhadoras e da juventude. Mas isto é apenas uma amostra da resistência maior, que a coligação governamental, muito provavelmente composta pelo SPD, os Verdes e o FDP⁽³⁾, sob a liderança de Scholz, irá necessariamente provocar, com a continuação e agravamento desta política de destruição social que vem sendo feita há anos.

Werner Uhde

(1) A aliança entre a CDU (União Democrática Cristã) e a CSU (União Social Cristã), partidos da democracia cristã.

(2) Conjunto de contrarreformas sociais que levou, a partir de 2003, à explosão dos baixos salários e da precariedade.

(3) FDP, Partido Liberal Democrata.

Greve contra carestia e contrarreformas na França

Trabalhadores resistem à ofensiva de Macron

Diante do aumento dos preços do gás, da eletricidade, dos alimentos, numa situação de arrocho salarial, desmonte do serviço público e de contrarreformas contra a aposentadoria e o seguro-desemprego, os trabalhadores da França realizaram um dia de greve, em 5 de outubro.

Convocado pelas federações e centrais sindicais, o movimento recebeu apoio também de organizações de jovens que são duramente afetados pelo desemprego, trabalhos precários e degradação do ensino público.

Manifestações em mais de 200 cidades

Em Paris, uma passeata com mais de 20 mil trabalhadores bancários, previdenciários, servidores, ferroviários, artistas, metalúrgicos, professores... além dos estudantes e setores em greve por reivindicações específicas.

A grande diversidade de categorias, assim como a participação dos "coletivos amarelos" reflete a revolta generalizada contra o governo Macron que, como os demais, se utiliza da pandemia para desfechar incessantes ataques aos trabalhadores.

Em comunicado conjunto, a CGT (Central Geral dos Trabalhadores) a FO (Força Operária) e as demais centrais e federações sindicais declararam sua oposição "a que a situação sanitária seja utilizada pelo governo e pelo patronato para aprofundar o questionamento dos direitos e conquistas dos trabalhadores e jovens. A indispensável ampliação e aceleração da vacinação requer o fortalecimento do acesso à saúde, aos serviços dos hospitais públicos e à medicina do trabalho. Requer convencer e confortar e não punir os trabalhadores."

Mas o governo faz o contrário. Em 2020, em plena pandemia, foram

fechados 5.700 leitos hospitalares.

Perda de poder aquisitivo

Na manifestação de Paris, uma enfermeira desabafou: "nossos salários estão defasados. Estivemos na linha de frente desde o início da pandemia e continuamos, em condições de trabalho que só pioram. Cerca de 97% do pessoal está vacinado. Aqueles que recusam não são anti-vacina. Eles o fazem porque é a forma de expressarem seu repúdio à instituição que os despreza há anos. É o meio de mostrarem sua raiva."

E, de fato, a menos de um reajuste de 1,2% em 2016, os salários dos servidores públicos estão congelados há 11 anos e no setor privado, em 2021 não devem ultrapassar 1,4%.



"Não à regressão social": faixa que abriu a manifestação de Paris em 5 de outubro

Todas as camadas sociais, principalmente os setores mais precarizados, foram golpeados pela política do governo. O que farão na próxima eleição presidencial (abril de 2022) todos os que, maciçamente, expressaram sua recusa a essa regressão social imposta pelo governo? Hoje ninguém pode dar uma resposta definitiva, mas nas próximas semanas teremos algumas indicações.

Correspondente

No Peru, Castillo muda ministros sob pressão da direita

Seguem mobilizações e coleta de assinaturas por plebiscito pela Constituinte

A velocidade como se desenvolve a crise política do governo encabeçado por Pedro Castillo no Peru é impressionante.

Como se recorda, Castillo foi eleito em abril deste ano num 2º turno polarizado com a direita Keiko Fujimori. Ele tomou posse, após meses de questionamento aos resultados eleitorais por parte dos partidos que apoiaram Keiko, em 28 de julho e nomeou como chefe do seu gabinete de ministros a Guido Bellido, do partido Peru Livre (PL).

Em 27 de agosto, com o Congresso cercado por milhares de manifestantes pedindo “voto de confiança” a Bellido – uma exigência da atual Constituição, fruto do autogolpe de Alberto Fujimori com apoio militar em 1993 – sem o qual o ministério, que já havia sofrido a substituição do chanceler (relações internacionais) por pressão da Marinha, não poderia assumir suas funções. Com apenas 30 parlamentares sobre o total de 150, o PL, partido de Castillo, dependia dos votos do “centro”, o que acabou sendo obtido graças à mobilização e pressão popular.

Mas, em 6 de outubro, um dia antes de uma jornada nacional de luta convocada pela CGTP (central sindical), de forma repentina o presidente Castillo substituiu sete ministros, inclusive Bellido, colocando em seu lugar Mirtha Vásquez, da Frente Ampla (centro-esquerda), política ligada a uma ONG ambientalista que havia participado do governo anterior, presidido por Sagasti. A nova chefe de gabinete, que deve obter



Em agosto mobilização diante do Congresso exige aprovação de gabinete comandado por Bellido, agora demitido por Castillo

sem dificuldades o “voto de confiança” do Congresso, ao ser indicada por Castillo declarou que “a Constituinte não é uma prioridade”.

Mudanças agradam a burguesia

A burguesia local viu com bons olhos a mudança de ministros. O tradicional jornal “El Comercio” saudou, em 8 de outubro, “a nova equipe ministerial que deveria deixar a linguagem extorsiva e ameaçadora contra a empresa privada e enterrar de vez a carta da Assembleia Constituinte”.

Na semana anterior às trocas de ministros, o cenário esteve marcado pela discussão sobre a nacionalização do gás, defendida por Bellido, e pela adoção da Agenda 19 pelo ministro do Trabalho, Iver Maraví que tinha apoio dos sindicatos. Maraví também foi substituído.

É importante destacar que toda essa reviravolta ocorreu após a viagem de Pedro Castillo aos EUA para

o seu discurso na abertura da Assembleia Geral da ONU em 21 de setembro (ocasião em que abandonou a sala no discurso de Bolsonaro). Ele foi acompanhado por uma comitiva que incluía empresários peruanos e que esteve em Washington e Nova York. Daí teria saído a ideia de buscar um consenso com o “centro político” no Peru, o que se daria através de um ministério “mais moderado”.

Crise aberta no PL e mobilizações de massa

Esse giro brusco de Castillo provocou reações de parlamentares e dirigentes do PL, alguns deles dizendo que o presidente estava traindo o mandato que recebeu do povo peruano, em particular sobre a convocação de uma Assembleia Constituinte.

Assim, tudo indica que haverá uma fratura no atual partido do presidente. Circulam rumores de que Castillo já estaria organizando outro partido, com os seus aliados mais próximos, e que romperia com o Peru Livre, que é atacado diariamente pela imprensa e a oposição como refúgio de “terroristas” que teriam feito parte do extinto grupo “Sendero Luminoso”.

Mas, em 7 de outubro a Jornada Nacional de Luta da CGTP, em apoio às reivindicações de todos os sindicatos em luta (há 198 conflitos em todo o país), realizou-se com força. Nas marchas ecoava a exigência “urgente, urgente, Assembleia Constituinte”.

Nas greves e mobilizações vários sindicatos se somam à campanha, lançada pelo deputado Jaime Quito do PL (com o apoio do demitido Bellido), para a obtenção de 2,5 milhões de assinaturas por um plebiscito que decida a convocação da Constituinte. Essa campanha tem a adesão de Assembleias Populares, como as de Lambayeque e Ayacucho, que juntam representantes de organizações sindicais e populares, de regionais da CGTP e sindicatos, que estão coletando adesões nas ruas e no bojo dos conflitos existentes.

A seção da 4ª Internacional no Peru, que anima o jornal “El Trabajo” como tribuna livre que associa militantes sindicais e políticos de distintas origens para a intervenção na luta de classes, participa também dessa campanha pela Constituinte, em estreita ligação com a defesa das reivindicações urgentes do povo peruano, buscando ajudar na auto-organização de setores sindicais e populares, seja em comitês unitários de luta, em frentes de defesa e na extensão da formação de assembleias populares em todos os distritos e províncias do país.

Sim, pois na crise política já aberta no governo de Pedro Castillo, a última palavra será dada pela luta de classes e pelo grau que for alcançada na auto-organização dos trabalhadores e das massas oprimidas do Peru em seu combate pela emancipação e pela soberania nacional.

Correspondente

Campanha Financeira

Na primeira semana de campanha, todos os relatos que chegam, atestam uma boa recepção do Calendário 2022 da Corrente O Trabalho. Com a tema: “1822-2022: a independência que ainda não houve”, cada uma das suas 12 páginas é dedicada a fatos históricos e aos problemas que afetam a maioria do povo e a nação, submetida aos interesses imperialistas.

Ao comprar seu exemplar, além de adquirir belo material, você estará contribuindo com nossa Campanha de arrecadação, uma das formas de mantermos nossa independência financeira.



Erramos: na edição anterior, 890, na pág. 12 onde apresentamos o calendário, na menção à Confederação do Equador, erradamente está escrito que ela foi sufocada por tropas de Pedro II. Na verdade foram tropas de Pedro I.

O TRABALHO

Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

12 edições: R\$ 60,00 • 24 edições: R\$ 120,00 • Assinatura solidária: R\$ 150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil – Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 - CEP 03041-000 - São Paulo
Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br